

OS DIÁLOGOS DO PAPA. O ELOGIO DO DIÁLOGO E A BOA VONTADE

Mário Pinto*

1. Os recentes diálogos de Bento XVI

Talvez também por se não poderem desligar do tão celebrado diálogo entre Ratzinger e Habermas (v. o número anterior desta Revista), foram muito notados e comentados dois encontros recentes do actual Papa, Bento XVI: o primeiro, com o representante da Fraternidade de S. Pio X; e o segundo, com o famoso teólogo Hans Küng.

O elogio do diálogo está hoje muito perceptível nos “sinais dos tempos”. Tende a ser considerado como uma espécie de condição do comportamento construtor de tolerância para o respeito universal dos direitos humanos, da democracia e da paz – na síntese de Norberto Bobbio, um grande filósofo laico do direito e da política, que insistiu nestes três momentos do movimento histórico da nossa era, a “Era dos direitos” (cf. *L’Età dei diritti*).

Pelo seu lado, a Igreja pós-conciliar não se tem cansado, por palavras e por obras, de propor o diálogo: entre cristãos (ecumenismo), entre religiões (diálogo inter-religioso) e entre crentes e não crentes (diálogo entre a fé e a razão). João Paulo II pode considerar-se o Papa do diálogo; mas Bento XVI segue claramente essas pisadas.

2. Diálogo entre quem?

Em geral, a opinião não confessional vê como positivo o diálogo ecuménico e inter-religioso. Sobretudo ultimamente, nos cenários das guerras mundiais de religião. Mas o laicismo é por vezes mais inclinado a ver positivamente

* Professor da Universidade Católica Portuguesa.

o diálogo entre religiões do que a entrar, também ele, cordialmente no diálogo com elas. Será que o argumento da separação cava um fosso entre laicismo e religiões ainda mais difícil de transpor do que nas relações inter-confessionais?

3. Diálogo... e diálogo

Se é verdade que, à luz do pensamento politicamente correcto, o diálogo é teoricamente elogiado, não faltam concretas manifestações de crítica e suspeita perante concretos episódios de diálogo. Por exemplo, o diálogo do Papa Bento XVI com o representante da Fraternidade de S. Pio X foi logo, por alguns entre nós, criticado como uma manifestação de conservadorismo do Papa. Quando, pouco depois, Bento XVI recebeu Hans Küng, os mesmos críticos suspeitaram publicamente o gesto do Papa como um oportunismo para equilibrar o encontro anterior. Assim dando, neste encontro, um papel de valete a Hans Küng; e ao Papa o de grande encenador. Faz lembrar a história de o velho, a criança e o burro.

Logo, não será inútil pensar que, por sua vez, o diálogo necessita de prévio diálogo. O que me suscita breves considerações que apontam para a relação entre a (clara e distinta) inteligência e a (boa) vontade.

4. Diálogo e boa vontade

Sem dúvida, o diálogo exprime um exercício dialógico da razão. Porém, a retórica pode em boa medida falsificar esse exercício, até ao extremo de o tornar enganatório. Só a boa vontade pode garantir que o diálogo não contenha este mau desígnio. No seu livro “De senectute”, Bobbio confessa-nos as suas conclusões de uma maturidade não simplesmente racional, mas muito mais integralmente humana: *“aprender a respeitar as ideias dos Outros, a parar diante do segredo de toda a consciência, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar”*.

Ora, toda esta atitude de convicção não é apenas intelectual; releva também da ordem da educação da vontade. A boa vontade tem autonomia relativamente à inteligência. Exactamente perante os mesmos dados, discursos e conclusões (de verdade ou de erro) que a razão alcança ou pode alcançar, a vontade pode ser boa, ou má.

Sendo assim, é importante que, na defesa do diálogo (em geral), ou na crítica a diálogos (em concreto), não haja contrabando na orientação da vontade: a questão da “boa vontade”. Uma perversão do diálogo seria a de o transformar num novo terreiro de luta especializada, para que se convidam ambiguamente os adversários; ou onde, por simples suspeita, se classificam os dialogantes em bons e maus.

5. A educação da vontade

Estranhamente, não está na moda falar da educação da vontade. Talvez porque se exagerou neste tópico anteriormente, num entendimento estreito de educação para a obediência. Ora, sem dúvida a vontade só pode ser boa se for livre, mas não basta que seja livre para ser boa.

A querela entre a inteligência e a vontade é primordial, e está desde os começos na filosofia. Também está na filosofia católica – basta recordar Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino. Mas anda muito esquecida nas gozosas pedagogias pós-modernas. Talvez o nosso tempo ganhasse em revisitar com maior empenho essas clássicas peregrinações filosóficas. Enriqueceríamos a nossa compreensão sobre as condições do próprio diálogo e da livre e pacífica construção do futuro.

6. Recordando uma lição do Papa Paulo VI

A este propósito, não posso oferecer melhor contributo do que transcrever as seguintes palavras de Paulo VI, da *Alocução da audiência pública de 23 de Agosto de 1972*.

“Para ser bom, para ser virtuoso, para ser santo, é preciso querer sê-lo. Para dar à própria estrutura moral de homem e de cristão a sua perfeita dimensão, não basta crescer passivamente nos anos e assimilar a formação oferecida pelo ambiente em que se vive. É necessário imprimir voluntariamente na própria personalidade um impulso interior e dar ao próprio temperamento uma característica específica. Não basta cumprir, de qualquer modo ou indolentemente, o dever que não se pode evitar. Não basta igualmente defender a liberdade de pensar e agir, segundo o próprio arbítrio, contra eventuais indevidas ingerências ou pressões exteriores. A liberdade não deve permanecer indolente nem passiva, mas realizar as suas opções conscientes, empenhando nelas a própria vontade. A vontade é, com efeito, um factor essencial e decisivo da vida moral, ou seja, da vida verdadeiramente humana”.

E mais adiante: “O ensejo de viver, o desejo de agir e a capacidade de amar devem exprimir-se na «boa vontade». Houve quem falasse, insensatamente, da «vontade de poder» (Nietzsche, *Wille zur Macht*); mas nós preferimos falar, humildemente, do poder da vontade. Devemos, porém, ter presente uma observação fundamental. A vontade é uma força dinâmica, que precisa de uma luz orientadora, que precisa da inteligência. O bem, para ser desejado e querido humanamente, deve ser conhecido. A inteligência, portanto, deve ser o farol da vontade”.

7. Ratzinger e Habermas

É muito interessante verificar que este texto de Paulo VI fica muito bem no confronto com a substancial questão sobre que convieram Ratzinger e Habermas. Recorde-se que, ao contrário do que parece suceder entre nós, Habermas preocupa-se com a fundamentação não metafísica dos valores modernos e a racionalização da cultura política; mas não cultiva apenas uma questão teórica e, pelo contrário, reconhece e defronta uma grave e responsável questão prática. Quando admite, como ficou claro no referido debate, que a razão pode justificar, mas não basta para motivar, abre um espaço para o papel dos factores ou fontes de motivação que estão para além das isoladas forças da razão. O que é que motivará os cidadãos laicos, pós-metafísicos, individualistas e relativistas a participar na política, sacrificando o seu interesse ou a sua opinião no altar do interesse geral ou do bem comum? Um sistema político, admitiu Habermas, não pode nutrir-se de puro conhecimento, ou de pura engenharia argumentativa nos debates. Sem «âncoras pré-políticas», dificilmente alguém iria à guerra ou renunciaria a vantagens próprias nos altares da igualdade. Um Estado não pode prescindir de valores altruístas, mas não pode impô-los juridicamente. Há uma certa modernidade que, com a frieza que usa perante o transcendente, pode chegar a dissolver o cimento da sociedade.

Estas dúvidas, melhor, estes receios, não derrotam, só por si, aqueles que, como diz Habermas de si próprio, «não têm ouvido musical para a religião». Mas abrem um terreno de diálogo e de procura. O que não se pode é ignorar os riscos de um esvaziamento da cultura axiológica das sociedades, se mergulhadas no pós-modernismo e no relativismo, que deixe os valores da pessoa humana, a solidariedade social e a democracia política sem raízes meta-rationais (ou transcendentais) de convicção.

8. À guisa de conclusão

É portanto necessário que haja diálogo ecuménico e inter-religioso; mas não menos entre as religiões e o pensamento laico. A avaliar pelos inúmeros comentários e sua orientação, o debate entre Ratzinger e Habermas alarmou muita gente, e aparentemente sobretudo no campo laicista. Sempre esbarramos na questão da intolerância cultural do laicismo. É caso para perguntar: trocaram-se as cadeiras?